



FAZENDA RIO GRANDE - PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO
GRANDE DO ESTADO DO PARANÁ - PR

Professor 20h e 40h

CONCURSO PÚBLICO 002/2023

CÓD: SL-115FV-23
7908433233084

Língua Portuguesa

1. Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto, ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor, argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos)	9
2. Morfologia: classificação e emprego de classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronomes, verbos, advérbios, preposição, conjunção, interjeição)	18
3. Sintaxe: classificação de sujeitos, classificação de verbos, predicados, vocativo, período composto por subordinação, período composto por coordenação, período composto por coordenação e subordinação	27
4. concordância nominal, concordância verbal	29
5. uso da crase	31
6. Pontuação	31
7. Acentuação gráfica.....	33

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Raciocínio lógico: lógica e raciocínio lógico. Sentenças abertas. Operações lógicas sobre sentenças abertas.....	41
2. Proposições e conectivos. Operações lógicas sobre proposições. Tabelas-verdade de proposições compostas. Álgebra das proposições.....	42
3. Tautologias e contradições.....	45
4. Equivalência lógica e implicação lógica	45
5. Argumentos	50
6. Quantificadores	57
7. Raciocínio quantitativo: conjuntos, subconjuntos e operações básicas de conjunto	58
8. Conjuntos de números e desigualdade.....	60
9. Expressões e equações algébricas	61
10. Sequências e séries.....	63
11. Trigonometria, logaritmo e exponencial.....	65
12. Funções.....	71
13. Análise combinatória	75
14. Matrizes e determinantes.....	79
15. Geometria. Geometria analítica	86
16. Estatística e probabilidades	91
17. Matemática financeira	93

Informática Básica

1. Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações: ambiente Microsoft Office	99
2. Sistema operacional: Windows.....	103
3. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet	126
4. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	129
5. Certificação e assinatura digital. Segurança da Informação.....	132

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, saúde, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia suas inter-relações e suas vinculações históricas. Problemas que afetam a vida da comunidade, do município, do estado e do país	143
2. Globalização.....	143
3. Direitos Humanos: conceito; normas; evolução histórica no mundo; evolução histórico constitucional no Brasil.....	145
4. Direitos e deveres, individuais e coletivos	150
5. Lei Orgânica do Município	153

Conhecimentos Específicos Professor 20h e 40h

1. A Leitura e a Escrita na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.....	179
2. Psicologia da educação	187
3. Concepção de criança enquanto sujeito social e histórico	197
4. Concepções de aprendizagem	207
5. Avaliação da Aprendizagem, acompanhamento e registro.....	211
6. Aprendizagem significativa	220
7. Concepções de Educação.....	220
8. Desenvolvimento Infantil. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem	223
9. Pensamento e linguagem - Leitura e escrita - letramento	235
10. A instituição e o projeto educativo	242
11. O brincar e o brinquedo. O jogo como recurso privilegiado.....	246
12. Construção das diferentes linguagens pelas crianças: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e ambiente e matemática	257
13. Avaliação do processo educativo na Educação Infantil.....	277
14. A prática pedagógica: gestão democrática	285
15. Elaboração, acompanhamento e desenvolvimento da proposta pedagógica e do plano de trabalho	285
16. Estabelecimento de estratégias de desenvolvimento para crianças portadoras de necessidades especiais.....	289
17. Articulação escola – comunidade	301
18. Concepção interacionista da linguagem; o convívio com a diversidade textual; desenvolvimento da capacidade de Leitura, letramento, oralidade e escrita; o processo de letramento através de atividades lúdicas e jogos; métodos e técnicas de alfabetização; função social da escrita	313

ÍNDICE

19. Lei Federal nº 8.069/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	329
20. Lei Federal nº 9.394/96 - Das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	367
21. Lei Federal nº 11.494/2007 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	384
22. Base Nacional Comum Curricular	398
23. Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (Pareceres e Resoluções em vigor do CNE/CEB – Ministério da Educação, que versam sobre a Educação Básica, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	439
24. A Educação no Campo	474
25. A Educação Especial.....	483
26. A Educação Infantil.....	501
27. O Ensino Fundamental.....	511
28. As Relações Étnico-Raciais	541

so. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Mais um exemplo:

p	q	$p \rightarrow q$	$\sim p$	$\sim q$	$\sim q \rightarrow \sim p$
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V

Note que o resultado de $p \rightarrow q$ é igual a $\sim q \rightarrow \sim p$ (V-F-F-V). Quando isso acontece, diremos que as proposições compostas são logicamente *equivalentes* (iguais).

Outro exemplo de como a tabela verdade pode nos ajudar a resolver certas proposições mais complicadas: Quero saber os resultados para a proposição composta $(p \wedge q) \rightarrow p \vee q$. O que vamos fazer primeiro é montar a tabela verdade para $p \wedge q$ e $p \vee q$.

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	F

Agora que sabemos como nossos elementos se comportam, vamos relacionar com $p \rightarrow q$:

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Desta forma, sabemos que a implicação que relaciona V com V resulta em V, e V com F resulta em F, e assim por diante.

Podemos então agora montar nossa tabela completa com todas estas informações:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$(p \wedge q) \rightarrow p \vee q$
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V

O processo pode parecer trabalhoso, mas a prática faz com que seja rápida a montagem destas tabelas, chegando rapidamente na análise da questão e com seu resultado prontamente obtido.

Geralmente, não é simples construir uma tabela verdade, algumas relações podem facilitar as análises. Uma delas são as *Leis de Morgan*, que negam algumas relações. São elas:

- 1ª lei de Morgan: $\sim(p \wedge q) = (\sim p) \vee (\sim q)$
- 2ª lei de Morgan: $\sim(p \vee q) = (\sim p) \wedge (\sim q)$

Vejamos o exemplo para decifrar o que dizem estas leis:

- p : Carlos é professor
- q : a moeda do Brasil é o Real

Então, através de Morgan, negar $p \wedge q$ (Carlos é professor E a moeda do Brasil é o Real,) equivale a dizer, Carlos não é professor OU a moeda do Brasil não é o real

Da mesma forma, negar $p \vee q$ (Carlos é professor OU a moeda do Brasil é o Real) equivale a Carlos não é professor E a moeda do Brasil não é o Real.

Estas leis podem parecer abstratas mas através da prática é possível familiarizar-se com elas, já que são importantes aliadas para resolver diversas questões.

ÁLGEBRA DAS PROPOSIÇÕES

Propriedades da Conjunção: Sendo as proposições p , q e r simples, quaisquer que sejam t e w , proposições também simples, cujos valores lógicos respectivos são V (verdade) e F (falsidade), temos as seguintes propriedades:

1) Idempotente: $p \wedge p \Leftrightarrow p$ (o símbolo " \Leftrightarrow " representa equivalência).

A tabela verdade de $p \wedge p$ e p , são idênticas, ou seja, a bicondicional $p \wedge p \Leftrightarrow p$ é tautológica.

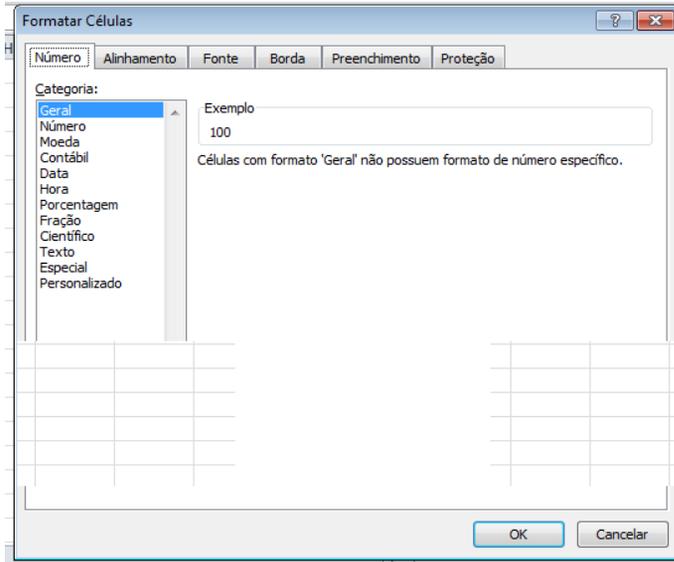
P	$P \wedge P$	$P \wedge P \Leftrightarrow P$
V	V	V
F	F	V

2) Comutativa: $p \wedge q \Leftrightarrow q \wedge p$

A tabela verdade de $p \wedge q$ e $q \wedge p$ são idênticas, ou seja, a bicondicional $p \wedge q \Leftrightarrow q \wedge p$ é tautológica.

P	Q	$P \wedge Q$	$Q \wedge P$	$P \wedge Q \Leftrightarrow Q \wedge P$
V	V	V	V	V
V	F	F	F	V
F	V	F	F	V
F	F	F	F	V

• **Formatação células**



• **Fórmulas básicas**

ADIÇÃO	=SOMA(célulaX;célulaY)
SUBTRAÇÃO	=(célulaX-célulaY)
MULTIPLICAÇÃO	=(célulaX*célulaY)
DIVISÃO	=(célulaX/célulaY)

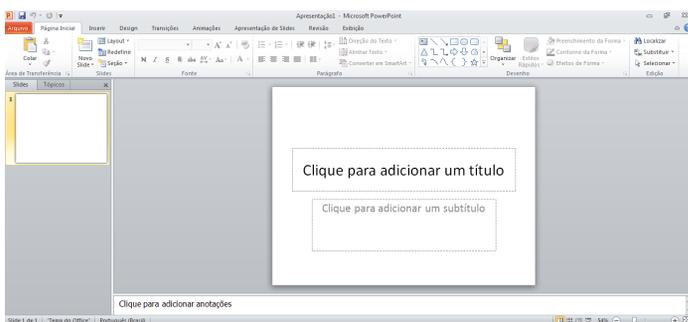
• **Fórmulas de comum interesse**

MÉDIA (em um intervalo de células)	=MEDIA(célula X:célulaY)
MÁXIMA (em um intervalo de células)	=MAX(célula X:célulaY)
MÍNIMA (em um intervalo de células)	=MIN(célula X:célulaY)

PowerPoint

O PowerPoint é um editor que permite a criação de apresentações personalizadas para os mais diversos fins. Existem uma série de recursos avançados para a formatação das apresentações, aqui veremos os princípios para a utilização do aplicativo.

• **Área de Trabalho do PowerPoint**



Nesta tela já podemos aproveitar a área interna para escrever conteúdos, redimensionar, mover as áreas delimitadas ou até mesmo excluí-las. No exemplo a seguir, perceba que já movemos as caixas, colocando um título na superior e um texto na caixa inferior, também alinhamos cada caixa para ajustá-las melhor.



FRASE MOTIVACIONAL

“Pessoas vencedoras não são aquelas que não falham, são aquelas que não desistem”

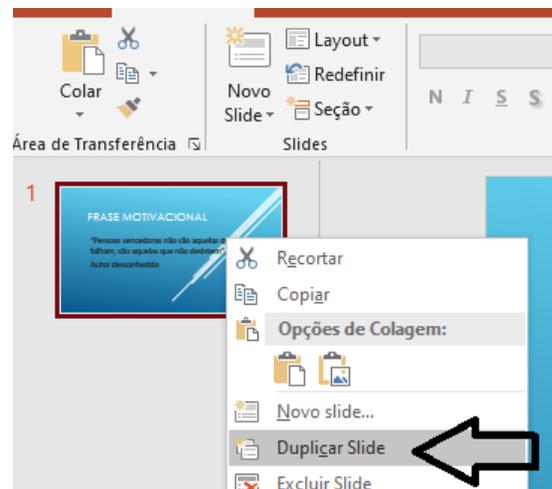
Autor desconhecido

Perceba que a formatação dos textos é padronizada. O mesmo tipo de padrão é encontrado para utilizarmos entre o PowerPoint, o Word e o Excel, o que faz deles programas bastante parecidos, no que diz respeito à formatação básica de textos. Confira no tópico referente ao Word, itens de formatação básica de texto como: alinhamentos, tipos e tamanhos de letras, guias de marcadores e recursos gerais.

Especificamente sobre o PowerPoint, um recurso amplamente utilizado a guia Design. Nela podemos escolher temas que mudam a aparência básica de nossos slides, melhorando a experiência no trabalho com o programa.



Com o primeiro slide pronto basta duplicá-lo, obtendo vários no mesmo formato. Assim liberamos uma série de miniaturas, pelas quais podemos navegar, alternando entre áreas de trabalho. A edição em cada uma delas, é feita da mesma maneira, como já apresentado anteriormente.



Globalização e Economia



Os países dominam as grandes empresas ou as grandes empresas dominam os países?

As empresas transnacionais que comercializam no mundo todo são os principais agentes da globalização econômica.

É certo que ainda falamos de governo e nação, no entanto, estes deixaram de representar o interesse da população. Agora, os Estados defendem, sobretudo, as empresas e bancos.

Na maior parte das vezes são as empresas americanas, europeias e grandes conglomerados asiáticos que dominam este processo.

Globalização e Neoliberalismo

A globalização econômica só foi possível com o neoliberalismo adotado nos anos 80 pela Grã-Bretanha governada por Margaret Thatcher (1925-2013) e os Estados Unidos, de Ronald Reagan (1911-2004).

O neoliberalismo defende que o Estado deve ser apenas um regulador e não um impulsor da economia. Igualmente aponta a flexibilidade das leis trabalhistas como uma das medidas que é preciso tomar a fim de fortalecer a economia de um país.

Isto gera uma economia extremamente desigual onde somente os gigantes comerciais tem mais adaptação neste mercado. Assim, muita gente fica para trás neste processo.

Globalização e Exclusão

Uma das faces mais perversas da globalização econômica é a exclusão. Isto porque a globalização é um fenômeno assimétrico e nem todos os países ganharam da mesma forma.

Um dos grandes problemas atuais é a exclusão digital. Aqueles que não têm acesso às novas tecnologias (smartphones, computadores) estão condenados a ficarem cada vez mais isolados.

Globalização Cultural

Toda essa movimentação populacional e também financeira acaba provocando mudanças culturais. Uma delas é a aproximação entre culturas distintas, o que chamamos de hibridismo cultural.

Agora, através da internet, se pode conhecer em tempo real costumes tão diferentes e culturas tão distantes sem precisar sair de casa.

No entanto, os deslocamento de pessoas pode gerar o ódio ao estrangeiro, a xenofobia. Do mesmo modo, narcotraficantes e terroristas têm o acesso à tecnologia e a utilizam para cometer seus crimes.

DIREITOS HUMANOS: CONCEITO; NORMAS; EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO MUNDO; EVOLUÇÃO HISTÓRICO CONSTITUCIONAL NO BRASIL

O conceito de direitos humanos

“Os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna” (RAMOS, 2017, p. 21).

Os Direitos Humanos são, portanto, direitos naturais de todos os homens, como aspectos essenciais da condição humana. Como normas universais de reconhecimento e proteção, a expressão “direitos humanos” indica aquilo que é inerente à própria existência do homem.

Filosoficamente, os direitos humanos apresentam na contemporaneidade não só fundamentos e características do naturalismo, como também do contratualismo, dado o exposto reconhecimento dos documentos internacionais que versam sobre direitos humanos – tratados, acordos, convenções etc., pelas nações.

Teoria geral dos direitos humanos

A teoria geral dos direitos humanos compreende os elementos basilares acerca do estudo dos direitos humanos internacionais.

Apresenta temas como conceito, histórico, características e outros pontos elementares para o conhecimento da disciplina.

Sistema Internacional dos Direitos Humanos

A luta do homem pela efetivação de direitos humanos fundamentais existiu em muitos períodos da história da humanidade, sendo resultado das inquietações do ser humano e de seus processos de luta por reconhecimento.

Na esfera interna dos Estados a efetivação e positivação dos direitos humanos coincide com o advento do constitucionalismo moderno em seu mister de limitar o arbítrio estatal e de garantir a tutela dos direitos do homem.

No campo internacional a existência de um sistema de normas e mecanismos de tutela dos direitos humanos apresenta como marco histórico o pós-segunda guerra mundial, a partir da criação da Organização das Nações Unidas. Destaca-se como precedentes desse processo de internacionalização, a criação da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário.

Precedentes históricos

Direito humanitário: conjunto de normas e medidas que disciplinam a proteção dos direitos humanos em tempo de guerra (1863). Direito humanitário versa sobre a proteção às vítimas de conflitos armados, atua também em situações de graves calamidades.

Criação da liga das nações (1919): antecessora da ONU, a liga das nações foi criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de garantir a paz no mundo. Sua proposta falhou pois não foi apta a impedir a ocorrência da 2ª guerra mundial.

Criação da OIT (1919): criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de promover a tutela dos direitos dos trabalhadores por meio da garantia de padrões internacionais de proteção.

Ao dispor sobre os antecedentes históricos Flavia Piovesan dispõe:

sociedade. O que por sua vez se reflete em uma enorme dificuldade em apreender a variedade tida como eleita, tanto em sua variante escrita, como em sua variante falada.

Ao dar início ao seu “processo de alfabetização”, o aluno já é um falante nativo da língua, com um certo leque de signos, o qual é capaz de interpretar todo o seu campo de interesse, mas em concordância com o que pregam a maioria dos livros didáticos, estes campos são substituídos, por aspectos formais de uma língua ideal, juntamente com apreciação de aspectos mecânicos no ensino da leitura e escrita, como se todos os alunos obedecessem ao mesmo ritmo, tivessem a mesma motivação e o mesmo foco de interesse.

É fácil perceber que cada indivíduo tem seu ritmo e interesses próprios, principalmente quando trabalhamos com jovens e adultos, é sensível também que estas características se manifestam de forma mais aberta na linguagem de cada um. Foi provavelmente este um dos motivos da aceitação da sala de aula e de suas relações como um dos objetos de estudo para a sociolinguística, além é claro do combate e prevenção as diversas formas de preconceitos existente em sala de aula e que se origina nas diferentes linguagens que compõem o âmbito escolar.

Enfatizando Souza e qual cita Cagliari, os modos diferentes de falar acontecem porque a língua portuguesa, como qualquer outra língua, é um fenômeno dinâmico, isto é, está sempre em evolução. Pelos usos diferenciados ao longo do tempo e nos mais diversos grupos sociais, as línguas passam a existir como um conjunto de falares diferentes ou dialetos, todos muito semelhantes entre si, porém cada qual apresentando suas peculiaridades com relação a alguns aspectos linguísticos. Todas as variedades, do ponto de vista da estrutura linguística, são perfeitas e completas em si. O que as tornam diferentes são os valores sociais que seus membros possuem na sociedade. Ainda segundo o autor, os dialetos de uma língua, apesar de serem semelhantes entre si, apresentam-se como línguas específicas, com sua gramática e usos próprios.

É fácil perceber que em nenhum nicho social a variação linguística é mais sentida do que na escola. É lá em que está, que deveria ser uma característica positiva, acaba se transformando em um obstáculo para a aquisição de uma nova variedade dialetal.

Em qualquer lugar onde se desenvolva o preconceito linguístico, este já causa sequelas enormes, mas é justamente na escola, local onde o caráter do indivíduo está sendo formado, onde estes estigmas são mais prejudiciais à sociedade. Foi pensando nisso que os estudiosos abordaram essa características na confecção dos PCNs.

Os PCNs

Em função da LDB 9.394/96, o Ministério da Educação e Desporto achou por bem elaborar uma série de documentos orientativos sobre a prática pedagógica, tendo em vista a amplitude do território nacional, as diferenças de formação do professorado e suas dificuldades de acesso a conteúdo pedagógicos atualizados. Surgiram, assim, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais (também conhecidos como RCNs - Referenciais Curriculares Nacionais).

Entretanto o processo de elaboração dos PCNs iniciou um pouco antes como nos lembra Czapski⁵: O processo de elaboração dos PCN começou em 1995, sendo que no fim daquele ano já havia a versão preliminar, que foi apresentada a diferentes instituições e especialistas. Em resposta, o MEC recebeu cerca de 700 pareceres, que foram catalogados por áreas temáticas e embasaram a revisão

5 CZAPSKI, Silvia. *A Implantação da Educação Ambiental no Brasil*, Ed. MEC/Unesco, 1997 -seção “Fichário”, cap “PCN”

do texto. Para completar, Delegacias do MEC promoveram reuniões com suas equipes técnicas, o Conselho Federal de Educação organizou debates regionais e algumas universidades se mobilizaram. Tudo isso subsidiou a produção da versão final dos PCN para 1ª a 4ª série, que foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1997. Os PCNs foram transformados num conjunto de dez livros, cujo lançamento ocorreu em 15 de outubro de 1997, Dia do Professor, em Brasília. Depois, professores de todo país passaram a recebê-los em casa. Enquanto isso, o MEC iniciou a elaboração dos PCN para 5ª a 8ª série.

Assim estes, constituem uma coleção de documentos onde, além de uma introdução geral: onde foi abordando a tradição pedagógica brasileira, dados estatísticos sobre população, alunos e professores (dados de 1990), orientações doutrinárias e metodológicas (o sócio construtivismo, a postura crítico-social de conteúdo, as teorias psicogenéticas) e conteúdos técnicos sobre planejamento e avaliação. Encontram-se listadas as exigências educacionais previstas pela LDB, a Base Nacional Comum (o currículo disciplinar) e a utilização da transversalidade (Temas Transversais) como instrumento de trabalho para contextualização dos temas de aula.

Há, ainda, os objetivos gerais e específicos, além das características das áreas do conhecimento componentes da Base Nacional Comum, a listagem dos Temas Transversais e sua operacionalização.

Os Parâmetros (ou Referenciais) abordam todas as modalidades da Educação Básica no Brasil, além da Educação Especial, modalidade educativa que perpassa, de modo transversal, todos os níveis de ensino, inclusive o nível superior.

Ainda segundo Czapski: Os PCN são apresentados não como um currículo, e sim como subsídio para apoiar o projeto da escola na elaboração do seu programa curricular. Sua grande novidade está nos Temas Transversais, que incluem o Meio Ambiente. Ou seja, os PCN trazem orientações para o ensino das disciplinas que formam a base nacional, e mais cinco temas transversais que permeiam todas disciplinas, para ajudar a escola a cumprir seu papel constitucional de fortalecimento da cidadania.

Aquisição da leitura

A quase totalidade das crianças que adentram na escola, ainda não sabem ler, mas já reconhecem uma estreita relação entre língua falada e escrita, compreendem, mesmo que de forma “não formal”, que uma é a representação gráfica da outra. Como nos complementa Bento (2008) citando Ferreira e Taborsky pareceu-lhes difícil admitir que a criança - que aprende a falar sem ir à escola - não aprendesse nada sobre a língua escrita, “[...] até ter seis anos e uma professora à sua frente.”. Do ponto de vista destas autoras, a criança, como sujeito cognoscente, não poderia ser impermeável ao contato com a língua escrita e de alguma forma ela haveria de tentar apreender esta, relacionando-a com a língua falada.

Ainda segundo Bento⁶, aos quatro anos, as crianças já constroem conceptualizações interessantes sobre as relações entre a linguagem falada e o sistema de escrita.

Estas elaborações sucedem-se num percurso constituído por diversas fases ou níveis e permitem concluir que o processo de aprendizagem não consiste na aquisição de elementos isolados que depois se reúnem - mas na construção de sistemas em que o valor dos elementos se vai redefinindo em função das mudanças estruturais.

6 BENTO, Joaquim R. *A Gênese da aprendizagem da língua escrita*.